

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.631 - MG (2019/0295624-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : TAIRONE DE PAULA SALES
ADVOGADOS : ADRIANO PARREIRA DE CARVALHO - MG084920
EMILIANO EDSON SILVA - MG084032
DANILO SEVERINO OLIVEIRA FARIA - MG097239
OMAR CARLOS DE TOLEDO - MG162776
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por TAIRONE DE PAULA SALES desafiando acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Depreende-se dos autos que o recorrente responde à ação penal por concussão, delito tipificado no art. 316 do Código Penal (e-STJ fl. 73).

Narram os autos que o ora recorrente, policial rodoviário federal, foi flagrado no bojo da "Operação Domiciano" quando "*exigiu, para si, diretamente, em razão da função, vantagem indevida ("um café", fazendo alusão a dinheiro), para não apreender o caminhão [...], recebendo uma cédula de R\$ 100,00*" (e-STJ fl. 63).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 229/230):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO DOMICIANO. CONCUSSÃO (ART. 316 DO CÓDIGO PENAL). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA E NULIDADE DAS PROVAS QUE EMBASAM A ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Busca-se com o presente Habeas Corpus afastar suposta coação ilegal decorrente de decisão da autoridade impetrada que recebeu a denúncia oferecida contra o paciente, alegando-se que a peça acusatória seria inepta e embasada em prova ilícita (captação ambiental).

2. Não prospera a tese defensiva de ilegalidade de nulidade da prova relativa à captação ambiental (provas que embasam a ação penal), pois as decisões que deferiram tal medida encontram-se devidamente fundamentadas, tendo sido indicados fatos aptos a embasar a necessidade da medida.

3. Não procede o pleito defensivo de incidência do prazo limite de 15

Superior Tribunal de Justiça

dias da Lei 9.296/1996 às escutas ambientais, uma vez que tal lei tem por objeto a regulamentação do art. 5º, inciso XII, parte final, da Constituição Federal, ou seja, a quebra de sigilo das comunicações telefônicas. Assim, diante da ausência de disposição, na Lei 12.850/2013, a respeito do lapso máximo para a autorização de escutas ambientais, não se verifica constrangimento ilegal na decisão que determina a medida de interceptação pelo período 45 dias.

4. O trancamento da ação penal por meio do Habeas Corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não é o caso dos autos.

5. Narra a denúncia que, em 10 de maio de 2017, no município de Monte Alegre de Minas/MG, com vontade livre e consciente, o paciente exigiu para si, diretamente, em razão da função de policial rodoviário federal, vantagem indevida ('um café', fazendo alusão a dinheiro), para não apreender o caminhão de placa GG-1050, recebendo uma cédula de R\$ 100,00 (cem reais) do motorista do veículo, a configurar a prática do crime descrito no art. 316 do Código Penal.

6. A denúncia se desincumbiu da tarefa de adequadamente descrever a conduta que, supostamente praticada pelo paciente, o faria incidir nas penas previstas no art. 316 do CP.

7. Não prospera a alegação da parte impetrante de que os mesmos motivos que deram ensejo ao trancamento, por este Tribunal (nos autos do HC 006176-37.2018.4.01.3803) da denúncia anteriormente apresentada em face do paciente (8710-85.2017.4.01.3803) justificariam o trancamento da denúncia ora em análise (autos 006176-37.2018.4.01.3803).

8. Nos autos do HC 006176-37.2018.4.01.3803, este Tribunal determinou o trancamento da denúncia oferecida nos autos 8710-85.2017.4.01.3803, em razão, precipuamente, daquela peça acusatória não haver indicado em que consistiria a vantagem indevida que teria sido solicitada pelo paciente, o que difere da denúncia ora em análise (oferecida nos autos 006176-37.2018.4.01.3803), que, de modo expresso, refere que tal vantagem consistiria na quantia de R\$ 100,00 (cem reais).

9. Não merece, assim, acolhimento a tese defensiva desenvolvida no presente writ de inépcia da peça acusatória e de nulidade da prova consubstanciada em captação ambiental que a embasa, não se divisando fundamento apto a ensejar o pretendido trancamento da ação penal movida contra o paciente (autos 006176-37.2018.4.01.3803).

10. Ordem de Habeas Corpus denegada, confirmando o que decidido em sede liminar.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa a ilegalidade

Superior Tribunal de Justiça

da captação ambiental com prazo indeterminado (e-STJ fl. 245).

Acrescenta que *"a decisão judicial que apreciou a defesa e recebeu a denúncia ID 16349434 foi elaborada de forma genérica e abstrata, mostrando-se lacônica em diversas questões suscitadas na própria defesa técnica"* (e-STJ fl. 256).

Diante dessas considerações pede, liminarmente, a suspensão do trâmite da ação penal e, no mérito, a anulação das provas obtidas ilegalmente e o seu desentranhamento ou a anulação da decisão que recebeu a denúncia (e-STJ fls. 264/265).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

